



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho
Brasil

MACHADO, Vanderlei; SEFFNER, Fernando
Florianópolis 1889/1930: estratégias de produção simultânea de masculinidades hegemônicas e
subordinadas
História (São Paulo), vol. 32, núm. 1, enero-junio, 2013, pp. 354-376
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221027940019>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Florianópolis 1889/1930: estratégias de produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subordinadas

Florianópolis 1889/1930: strategies for simultaneous production of hegemonic and subordinate masculinities

Vanderlei MACHADO *

Fernando SEFFNER **

Resumo: Buscamos descrever e analisar as estratégias de produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas manifestadas no noticiário da imprensa de Florianópolis entre os anos de 1889 a 1930. Pelos artigos divulgados nos jornais da capital catarinense neste período é possível perceber a construção positivada das representações que envolvem uma masculinidade de homens brancos, jovens e viris, atentando para um código de urbanidade que passava a exigir um maior cuidado com o corpo e o domínio de si. Satisfazer a esse modelo valorizado socialmente era a garantia de que o homem desempenharia bem as responsabilidades que dele se esperava, como prover a família, produzir uma prole saudável, ser trabalhador, cumprir seus contratos e ser um bom cidadão. De modo articulado ao campo das políticas de gênero, os artigos buscavam constranger as mulheres no espaço privado, reservando aos homens a esfera pública. A exaltação de atributos de prestígio da masculinidade produz, de modo simultâneo, a representação do que é indesejável nas atitudes de um homem, notadamente nos espaços públicos. A partir da década de 1910, pode-se evidenciar com maior precisão a divulgação de uma série de práticas e representações que visavam a coibir comportamentos masculinos que deixavam de ser tolerados nos logradouros públicos da cidade. Entre tais comportamentos estava a prática da embriaguez e o uso da violência como forma de solução de conflitos interpessoais. Naquele contexto, passou-se a exigir dos homens que circulavam pela cidade certa previsibilidade em suas atitudes, associada ao uso da razão e em oposição aos modos violentos e impulsivos daqueles das classes baixas ou do ambiente rural. Na avaliação dos gestores da cidade, a emergência do progresso era atravancada por uma série de práticas culturais arraigadas na população. Por isso, não bastava simplesmente transformar o espaço urbano, era preciso também investir nos corpos dos habitantes da capital de Santa Catarina. Os

* Professor Doutor - Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Av. Bento Gonçalves, 9500 - Prédio 43815 CEP 91501-970 Bairro Agronomia Campus do Vale da UFRGS Porto Alegre - RS. E-mail: vandermachado@hotmail.com.

** Professor Doutor - Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Av. Paulo Gama, Prédio 12201 CEP 90046-900 Bairro Farroupilha Campus Central da UFRGS Porto Alegre - RS. E-mail: fernando.seffner@ufrgs.br.

comportamentos masculinos passaram então a ser alvo de toda uma série de ingerências que pretendiam adequá-los à nova realidade social e urbana que se buscava estabelecer.

Palavras-chave: Florianópolis; Masculinidades; Periódicos; Esfera Pública.

Abstract: The text describes and analyzes the strategies of simultaneous production of hegemonic and subordinate masculinities published in news media Florianópolis between the years 1889 to 1930. In articles published in newspapers of the capital can see the positive construction of representations of masculinity involving white men, young and virile, noting a code of civility that passed requiring greater care with body and self-control. Satisfying this model was socially valued the assurance that the man play and the responsibilities expected of him, as to provide the family, produce healthy offspring, be industrious, to fulfill their contracts and be a good citizen. Pivotal to the field of gender policies, the articles sought to embarrass the women in the private space, reserving to men the public sphere. The exaltation of prestige attributes of masculinity simultaneously produces a representation of what is undesirable in the attitudes of a man, especially in public spaces. From the 1910s, one can show more precisely the disclosure of a series of practices and representations aimed at curbing male behavior that ceased to be tolerated in public places in the city. Among such behavior was the practice of drunkenness and the use of violence as a means of solving interpersonal conflicts. In that context, it moved to require the men who went around the city some predictability in their attitudes, associated with the use of reason as opposed to violent and impulsive ways of men of lower class or rural environment. In the evaluation of the managers of the city, the emergence of progress was hampered by a series of cultural practices rooted in the population. Therefore, it was not enough simply to transform the urban space, it was also necessary to invest in the bodies of the inhabitants of the capital of Santa Catarina. The male behavior began to be targeted by a series of interference to adjust them to the new urban and social reality that sought to implement.

Keywords: Florianópolis; Masculinities; Journals; Public Sphere.

1. Dos muitos modos de compreender as masculinidades

Os modos de ser homem parecem gozar da qualidade de não pertencer à história. Para muitos, desde sempre o ser homem esteve associado a valentia, força, vida pública, competição, esportes violentos, guerra, coragem, honra, armas e às funções de liderança, provedor do lar, alguém que nasceu para mandar, para conquistar. Os gostos masculinos, o vestuário, os poucos cuidados do homem com o corpo e com a saúde, o jeito de um homem se comportar, de caminhar, de se coçar, de gargalhar, tudo isso parece atravessar a história praticamente sem modificações, ao contrário das mulheres, para quem o vestuário, os gostos, os cuidados, os jeitos se modificam de modo intenso a cada conjuntura histórica. Fruto dessa aparência de continuidade temporal, grande parte dos modos de caracterizar e definir o que se entende por masculinidade caminha pelo terreno do essencialismo, aproximando fortemente o “ser homem” de atributos biológicos e buscando construir para a masculinidade um referencial universal e trans-histórico.

O campo de estudos das masculinidades é relativamente novo no Brasil e no mundo, especialmente quando comparado com os estudos sobre mulheres e sobre a feminilidade. Em nosso país, seu desenvolvimento se dá na esteira das pesquisas acadêmicas provocadas pelo feminismo, e inicialmente os estudos sobre os homens tiveram forte base psicológica, evoluindo para pesquisas históricas, antropológicas, sociológicas e da área da educação, conforme demonstrado por Oliveira (1998). A categoria gênero, incorporada às pesquisas acadêmicas brasileiras fortemente a partir de Scott (1995), durante muitos anos foi utilizada praticamente como sinônimo de estudos sobre o feminino. Mas, paulatinamente, vem se consolidando um campo de estudos que aborda os processos de produção, manutenção e modificação das masculinidades e enfoca grupos de homens em contextos específicos, em momentos históricos determinados, abordando a figura masculina no contexto familiar, na esfera da paternidade, da reprodução, do trabalho, da orientação sexual, do cuidado com o corpo, etc.

Definir o que se compreende por masculinidade não é tarefa que goze de unanimidade. Nossos estudos se orientam no sentido de conhecer os modos de construção histórica e manutenção política e social das masculinidades. Optamos por falar sempre em masculinidades, no plural, de modo a evitar a construção de uma “ciência da masculinidade”, empreendimento que implica pressupor a existência de algo sólido e singular - a “masculinidade” - e que termina por desconhecer as fortes conexões entre os regimes de poder e os regimes de conhecimento, conforme demonstrado em Foucault (1977). Connell (1997) estabelece quatro conjuntos de definições existentes sobre masculinidade. O primeiro deles agrupa esforços de definição que partem de um atributo visto como essencial, e daí se deriva toda uma tipologia. A força física, a capacidade de decisão, a necessidade de atividade são exemplos de atributos trans-históricos selecionados. Num segundo grupo, à moda positivista, busca-se definir o que é a masculinidade a partir da descrição dos homens “como eles realmente são”, pontuando-se os traços mais notáveis - que, então, seriam a norma - e transformando-se em patologia aquelas formas de comportamento estatisticamente menos frequentes. Num terceiro grupo estão teorias que falam em papéis sociais e definem a masculinidade a partir das chamadas “exigências sociais”. Nesta modalidade de análise, ser provedor, ser forte, ser líder aparecem como imperativos sociais sobre os homens, que por vezes são vistos como “vítimas” destes modos de socialização que lhes “exigem” o desempenho de papéis fortes, intrinsecamente fazendo-lhes mal ou mesmo se opondo a uma suposta natureza essencial masculina, que seria “boa” e “sensível”. A partir dessa premissa teórica, derivam-se um sem número de propostas terapêuticas que buscam conectar o homem com sua essência sensível. Num quarto grupo, alinham-se teorizações que entendem a masculinidade como componente de um

sistema simbólico e histórico que opera estabelecendo, continuamente, diferenciações entre as posições de masculino e feminino:

En lugar de intentar definir la masculinidad como un objeto (un carácter de tipo natural, una conducta promedio, una norma), necesitamos centrarnos en los procesos y relaciones por medio de los cuales los hombres y mujeres llevan vidas imbuidas en posición en las relaciones de género, las prácticas por las cuales los hombres y mujeres se comprometen con esa posición de género, y los efectos de estas prácticas en la experiencia corporal, en la personalidad y en la cultura (CONNELL, 1997, p. 35).

Entram em jogo também os pertencimentos de classe social e econômica - raça, região, religião, nível educacional, local de moradia, orientação sexual - num complexo jogo de fatores em que os modos mais valorizados socialmente de ser homem se constroem de um jeito simultâneo e conectado com aqueles modos desvalorizados. Temos então a produção dos atributos de masculinidade hegemônica em regime de simultaneidade com aqueles atributos das masculinidades subalternas, de acordo com a teorização de Kimmel (1998), da qual extraímos alguns elementos que compõem o título deste texto. Diferentes masculinidades se constroem no mesmo espaço social e ao longo da história. O modo de viver masculino que desfruta da maior concentração de privilégios, num dado sistema de relações de gênero, será considerado a forma de masculinidade hegemônica. No presente artigo queremos justamente “flagrar” um momento da história de Florianópolis em que as exigências da urbanização e do progresso impactam a produção de novos modos de viver as masculinidades, implicando-se o prestígio de determinados atributos e o consequente desprestígio - quando não, a criminalização - de outros atributos. Este processo não pode ser pensado como resultado da conspiração, ou elaboração, consciente de um grupo de homens nela interessados. Trata-se mais de uma complexa trama de poderes e resistências, jogo de força entre grupos, fatores emergentes e imprevistos versus estratégias de longo prazo, que estabelecem uma dinâmica que resulta na legitimação de certos comportamentos, a partir dali fixados como naturais e “eternos” para definir a “correta” masculinidade.

2. A construção do imaginário da cidade moderna

Nossa história se passa na Florianópolis da transição entre os séculos XIX e XX.¹ A história das cidades, especialmente no que se refere às transformações vivenciadas pelos principais centros urbanos brasileiros, entre a proclamação da República e os anos 1920 acumula uma vasta produção historiográfica (BRESCIANI, 1998). Na historiografia catarinense, alguns trabalhos se detiveram nas transformações urbanas ocorridas em Florianópolis no mesmo período.² A história das mulheres

durante a Primeira República também tem sido objeto de importantes pesquisas, tanto em nível nacional quanto local³. No presente artigo dialogamos com estes campos de estudo, o que significa dizer que construímos uma análise da questão das masculinidades no cruzamento entre as discussões pertinentes aos estudos de gênero e sobre o processo de urbanização, na Primeira República. Busca-se perceber como, a partir de uma série de práticas e representações, alguns comportamentos masculinos procuraram ser adequados a um ideal de cidade determinado.

A cidade de Florianópolis adentrou o século XX marcada pelo desejo de sua elite de lhe garantir um status de cidade moderna. O termo 'moderno' figurava então como uma obsessão e aparecia nos discursos oficiais, nos reclames publicitários, veiculado nos jornais e na literatura em geral. Porém, ele quase nunca aparecia sozinho. Era comum figurar acompanhado de outros como higiene, ordem e disciplina. Estas palavras passaram a compor a imagem da cidade que se almejava alcançar. Mas não bastava para os gestores da cidade inscrever essa modernidade somente nas pedras dos prédios públicos, nas residências da elite, no alinhamento das praças e das ruas, muitas até então poeirentas nos dias de sol e cobertas de lama nos dias chuvosos. Era preciso também marcá-la nos corpos dos habitantes da cidade capital de Santa Catarina. Havia o medo de que Florianópolis ficasse para trás, não somente em relação aos grandes centros do País, como Rio de Janeiro e São Paulo, mas também em relação às cidades do interior do Estado, como Joinville e Blumenau, onde a industrialização e a agricultura geravam maior desenvolvimento econômico do que aquele que se percebia na capital.

Para afastar tal probabilidade, a elite de Florianópolis empreendeu uma avaliação dos limites e possibilidades sociais e econômicos da cidade. Tal avaliação ficou registrada no livro “Santa Catarina - A Ilha”, escrito por Virgílio Várzea no contexto das comemorações dos quatrocentos anos de descoberta do Brasil, em 1900. Tal empreitada contou com o apoio do governo catarinense e do Centro Catarinense, grupo de escritores e políticos que se reuniram na capital da República com o objetivo de discutir os problemas enfrentados por sua terra natal, bem como sugerir soluções e intervir nos problemas enfrentados pela cidade e pelo estado. Se Florianópolis apresentava em 1900, segundo Várzea, alguns indícios ou signos de cidade moderna - tais como o palácio do governo, construído em estilo eclético com elementos de “art nouveau” e uma “ornamentação moderna das melhores construções atuais do Rio de Janeiro” (VARZEA, 1985, p. 30) -, faltava-lhe ainda o movimento ruidoso das grandes cidades e os divertimentos que elas ofereciam. Além disso, sua população era pequena e esparsa, e a industrialização não se havia instaurado na cidade. Estes problemas estavam ligados, na visão de Várzea, ao fato de a capital catarinense estar localizada numa ilha.

Morando no Rio de Janeiro, à época da escrita de sua obra, e tendo anteriormente viajado em navios mercantes que atracaram em vários portos da Europa, percebe-se que a referência de cidade moderna para Virgílio Várzea é a Capital Federal. Porém, não o centro urbano da cidade do Rio de Janeiro. Na época em que Várzea escreveu, grassavam na cidade epidemias de febre amarela, agravadas pela falta de um sistema de esgotos, ruas estreitas, cortiços, entre outros. A referência que serviu para fazer comparações com Florianópolis era, na verdade, composta pelos “opulentos palacetes de Botafogo, Laranjeiras e Tijuca na Capital Federal” (VÁRZEA, 1985, p. 38). Podemos perceber nesta obra, escrita na aurora dos tempos republicanos, que o termo 'moderno' tinha também uma conotação política e laudatória. Neste sentido, o advento da República rompia com um passado recente, o Império, que, ao ser negligenciado, passava a ser representado como um período de atraso na história catarinense, suplantado pelo regime político recém-instaurado no País. A República, apesar das dificuldades econômicas e do acanhamento da cidade de Florianópolis, trazia para esta a possibilidade do novo, do moderno.

Desenvolvê-la economicamente, modernizar seu espaço urbano e civilizar seus habitantes era a garantia da manutenção de seu status de capital, sempre ameaçado pelas propostas de sua transferência para outras regiões do território catarinense. Tal perspectiva traria consigo consequências desastrosas para a frágil economia da cidade. Com uma industrialização bastante incipiente - que encontrou algum fôlego nos anos imediatos à Grande Guerra, com uns poucos empreendimentos industriais, notadamente no setor de bens de consumo como alimentos e vestuários - a maioria dos empregos se concentrava no comércio, nas atividades do porto e nas repartições públicas. O comércio local, que revendia principalmente produtos de outras regiões do País e da Europa, encontrava nos profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos os principais consumidores. Além disso, para uma parcela da elite política local a transferência da capital significaria a perda dos privilégios que a proximidade com o poder público garantia.

Para não ficar exposta aos efeitos deletérios da “velha cidade colonial” e possibilitar sua participação no conjunto das transformações urbanas que ocorriam nos grandes centros urbanos brasileiros, como o Rio de Janeiro, era preciso fomentar em Florianópolis medidas sanitárias e o alargamento dos becos sinuosos, que serpenteavam a partir da praça central em direção ao interior da península na qual a cidade foi se instalando, ligando-se o centro com os bairros habitados pela elite. Era preciso também embelezar praças e jardins bem como promover a assistência médica da população para se alcançar um modelo de civilização irradiado das grandes metrópoles europeias⁴, como Paris. Urgia intervir na cidade e nos costumes de sua população para atingir o que se passou a considerar um padrão de cidade moderna, ou seja, com serviços de esgoto, água tratada, iluminação elétrica, ruas alinhadas e amplas, entre outras melhorias. A partir de 1908, o centro da cidade foi

paulatinamente sendo reformado, com instalação da rede de água encanada, em 1909; da rede de esgotos, entre os anos de 1913 e 1917; iluminação pública com eletricidade, em 1910, e a abertura da primeira grande avenida, em 1919, que passou a representar uma linha divisória entre os bairros, aqueles onde a maioria dos habitantes era formada por trabalhadores assalariados, soldados e pescadores e os ocupados pela elite local. Finalmente, a construção de uma ponte que ligava a ilha ao continente se deu entre 1922 e 1926 (PEDRO, 1994, P. 81).

Ao longo do período que se pretende analisar, a Praça 15 de Novembro, com seu jardim denominado Oliveira Belo, foi sendo transformada num dos principais espaços de encontro de filhos e filhas de famílias ilustres da cidade. Nota-se, principalmente na década de 1920, o surgimento de uma sociabilidade⁵ que, ao contrário daquela predominante no século XIX, representada pelos bailes nos clubes sociais, passou a se desenvolver também no espaço público. Na praça, rapazes e moças que eram denominados pelos jornais como “almofadinhas” e “melindrosas” se encontravam aos domingos para o “footing” e o “flirte”. Nos cafés da praça e arredores os homens discutiam de forma acalorada as questões relacionadas à política. Nas ruas laterais se concentravam os cinemas, como o “Ponto Chic”, além de bares que faziam questão de lembrar seu caráter “higiênico e familiar”. Na baía sul, em frente à praça, ocorriam disputas entre os clubes de remo.

No período analisado, os jornais criticavam o que consideravam ultrapassado na moda e faziam circular novos gostos em termos de vestuário e toilette. Para as moças, ter seu comportamento, ou sua maneira de vestir, discutido nas páginas da imprensa não era uma novidade, pois isso já ocorria desde o século XIX. A novidade estava no fato de os homens passarem a ser alvo desses mesmos comentários. Deles, passou-se a exigir que circulassem pela cidade bem trajados, que fossem cordiais e asseados. Mesmo as pessoas menos abastadas deveriam acompanhar os novos tempos. Tempos que se expressariam em condutas masculinas mais adequadas a valores que passaram a reger a convivência social, tais como a higienização nos hábitos, a submissão estrita ao tempo cronometrado, a contenção dos impulsos de violência e sexualidade, a disciplinarização dos mais sutis comportamentos. Ia sendo construída, assim, a ideia de que o tipo masculino ideal era infalível, retilíneo, pontual e correto em todas as posturas, em condições de tornar-se o perfeito empresário, funcionário, operário, pai, mestre, amigo e esposo. Tais representações apareceram na Florianópolis do início do século XX, quando homens e mulheres viviam um tempo de mudanças. As mencionadas transformações (na estrutura urbana e administrativa da cidade) são o emblema de um tempo em que novas práticas sociais começaram a se impor no cotidiano de cada habitante da cidade, em que os comportamentos masculinos passaram a ser problematizados.

Nesse momento, é possível encontrar com mais precisão a formulação de modelos e padrões de conduta masculina que apresentam características de singularidade para a cidade de Florianópolis que, assim, procurava estar em consonância com os novos valores sociais seguidores das transformações que ocorriam nas sociedades capitalistas. Estas transformações ocorreram paralelamente à divulgação de um conjunto de práticas e representações que passaram a problematizar os comportamentos masculinos. Neste contexto, percebe-se por parte da elite da cidade a tentativa de se construir/instruir um modelo hegemônico de masculinidade. Esperava-se que os homens fossem trabalhadores, pontuais, que controlassem seus impulsos e que seus corpos fossem asseados e disciplinados. Buscar corresponder a esse modelo, além de trazer vantagens econômicas pelo acesso a empregos e cargos públicos, traria também vantagens sociais, na medida em que a identificação com o modelo hegemônico permitiria ao homem, entre outras coisas, ser reconhecido como um cidadão honesto, cumpridor de suas obrigações, e ainda outras vantagens.

Uma das novidades no início do século XX em Florianópolis reside em uma grande preocupação da imprensa com as querelas cotidianas, antes desprezadas. Durante o século XIX, na antiga Desterro, estas questões não eram problematizadas. No período em estudo, jornais com quatro páginas passaram a dedicar colunas inteiras à descrição de crimes ocorridos por motivos aparentemente insignificantes. A violência física parecia fazer parte do cotidiano das pessoas. Pequenas discussões ou questões mais importantes, invariavelmente, poderiam resultar em uma grande descarga de força física. A violência era considerada masculina, era o homem que estava em foco. Sua masculinidade passou a ser alvo de uma série de discursos que buscavam invadir esferas até então reservadas. O caráter do homem precisaria ser investido, alterado, dirigido para diferentes atuações na sociedade, procurando-se constituir assim uma nova identidade masculina, pautada por valores de civilidade e urbanidade.

Parece que se verificava na cidade um fenômeno de violência costumeira, referido por Maria Sílvia de Carvalho Franco em um contexto rural no final do século XIX, no interior de São Paulo. A violência fazia parte constitutiva das relações comunitárias verificadas naquele contexto e não estava, necessariamente, ligada à luta pela sobrevivência (FRANCO, 1983, p. 23-25). A autora tratou do que denominou “código do sertão”, das relações construídas por grupos sociais do interior do País. Esse não seria o caso de Florianópolis, uma capital estadual do início do século XX. Porém, deve-se considerar que na capital catarinense naquele momento a “urbanidade” era mais um projeto e uma meta de elites envoltas pela ideologia do progresso do que um fato concreto. Cada segmento da sociedade de Florianópolis foi atingido e interpretou as mudanças em curso à sua maneira. Para grande parte da população, principalmente as camadas mais pobres, era um tempo de ser visitada e vistoriada por olhares que, antes, pouco lhe haviam sido dirigidos. O Estado cada vez

mais assumiu a condição de um aparato de regulação das mais corriqueiras atividades diárias. A higienização tornou-se uma obsessão para burocratas e governantes.

Não bastava apenas regular as construções. Era preciso intervir também nos corpos dos habitantes da cidade. Um povo limpo era visto como um povo sadio, capaz de aumentar a produção e a riqueza. Nos jornais que circularam em Florianópolis na Primeira República, os leitores eram bombardeados por uma série de artigos que insistiam na necessidade de se vacinar a população⁶ e por anúncios de remédios e produtos que prometiam fortalecer homens e mulheres. No início do século XX, o Estado passou a ter atribuições que diziam respeito à gestão e ao controle da população, no sentido de discipliná-la para aproveitar melhor sua força produtiva. Atos de desordens e certas condutas sexuais e pessoais passaram a ser considerados desregramentos intoleráveis para médicos e higienistas, que se tornam agentes estatais de primeira linha na reformulação das condutas. É nesse quadro que vemos operar a construção de uma intimidade e privacidade masculinas.

A população da cidade de Florianópolis, em 1902, era de 13.474 pessoas. A população do município, excluindo-se o centro urbano, era de 18.825 pessoas. Em 1910, a população da capital chegou a aproximadamente 15.000 habitantes, número que passou a 18.000 em 1914. Em 1916, contava a zona urbana da capital com cerca de 20.000 habitantes, o mesmo que se apresentou em 1920, e neste mesmo ano o censo acusou 41.338 pessoas para todo o município (ARAÚJO, 1989, p. 45). O controle do espaço foi, portanto, uma das principais questões enfrentadas pelos gestores da cidade. Definir com clareza quais seriam os espaços ocupados, por quem e em qual momento passou a ser uma forma de intervir sobre o cotidiano dos cidadãos. Viu-se operar, assim, a delimitação precisa dos locais onde os homens poderiam e deveriam agir e demonstrar aquilo que passaria a ser chamado de intimidade. A rua não deveria ser o lugar para bebedeiras, tampouco para manter relações sexuais com prostitutas, nem sequer para praticar jogos de azar ou dar demonstrações de força física. Leis, posturas municipais e a imprensa agiram com todo afínco para instaurar um modelo de masculinidade, no qual a intimidade dos varões e seus mínimos atos privados constituíam meios para a construção cotidiana de uma sociedade disciplinada e para demarcar a distinção em relação aos homens pobres.

Como corolário da delimitação espacial, buscou-se um rígido controle do tempo, no sentido de que hábitos domésticos fossem rearranjados em razão das necessidades imperiosas do ritmo de trabalho em uma sociedade capitalista. Os horários das refeições, de saída e chegada em casa passam a ser regulados pelas exigências de aumentar o ritmo da capacidade produtiva dos trabalhadores. Nesse quadro, apresenta-se a introdução de novos meios de transporte, mais rápidos e capazes de conduzir diariamente os trabalhadores rumo a seus postos de trabalho. Citem-se, nesse

caso, as linhas de bonde com tração animal e, um pouco mais tarde, os primeiros automóveis que começaram a circular em Florianópolis. Perder tempo com afazeres considerados impróprios para um homem urbano e civilizado era relatado na imprensa como algo condenável. Portanto, surgem as primeiras manifestações de definição de lares válidos para homens dignos e portadores das características definidoras de uma masculinidade legítima. A prática esportiva na década de 1920, notadamente os esportes náuticos, surgiu como o lazer indicado para aqueles que pretendiam utilizar seu tempo livre de modo produtivo a fim de melhorar seu condicionamento físico e aprimorar sua saúde e higiene.

Nesse ambiente de mudanças e transformações, aparece um novo ideal de homem: limpo, sadio, ordeiro, pontual, produtivo e útil, um modelo de masculinidade que pretendeu impor características que definiriam quais homens poderiam ser aceitos na nova ordem disciplinar que se buscava implantar em Florianópolis e quais estariam alijados dela. Era recente a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado no Brasil. Aos poucos, novas representações do trabalho e dos trabalhadores começavam a se impor. Valoriza-se o homem trabalhador em discursos provenientes das mais diversas fontes, mas geralmente calcados na ideia de progresso e civilização. O trabalho era apresentado como capaz de promover a ascensão social, a regeneração do homem. Mediante o trabalho ganhava-se o sustento da família e se proporcionava o progresso ao próprio País, à custa do esforço individual dos homens que incorporariam um modelo ideal de masculinidade.

3. Homens de bem e homens maus: uma questão de classe

Foi ferido anteontem por um golpe de navalha Osvaldo, filho do tenente Silva, imediato da Escola de Aprendizes Marinheiros, por Tito Silveira. A polícia fez submeter o auto de corpo de delito no ofendido e prossegue nas diligências relativas ao fato.⁷

Esta pequena nota, inserida na coluna “Notas Policiais” do jornal *O Dia*, em 1905, mais do que nos informar sobre um ato então costumeiro - o uso da violência física entre homens - nos mostra que se envolver em tais ações passou a ser condenável. O autor do golpe de navalha em Osvaldo foi descrito simplesmente como Tito Silveira, o que pode denotar que o estranhável para o jornal era o fato de o primeiro estar metido em tal contenda. Osvaldo tinha um pai com um nome a zelar, o Tenente Silva. Mais do que isso, o pai do “ofendido” pertencia ao corpo de oficiais da Escola de Aprendizes Marinheiros, instituição militar para a qual eram enviados, entre outros, jovens infratores a fim de serem transformados em recrutas para a esquadra nacional. Do Tenente Silva se esperava que fosse um exemplo de conduta tanto para seu filho e seus educandos quanto

para a sociedade em geral. Ao ter seu nome divulgado na imprensa e enredado nas “estripulias” do filho, o oficial foi publicamente censurado, mais até que os dois envolvidos diretamente na contenda. Com este e outros casos, pretendia-se mostrar que, naquele momento em que se verificava uma tranquilidade nos debates políticos, o que estava em questão era o comportamento de homens ligados à esfera pública.

Meses mais tarde, no mesmo jornal, aparecia uma nota intitulada “Facadas”. Nesta, o autor informava: “anteontem, à noite, na Rua Pedro Ivo, José Abílio, trabalhador das Capatazias da Alfândega, feriu a facadas a Justino de tal”.⁸ Esta nota, apesar da economia de informações, nos mostra que o causador dos ferimentos não era um “indivíduo qualquer”, era um funcionário público de quem, novamente, se esperava uma conduta exemplar, pois era comum, desde o século XIX, a exigência de um atestado de conduta de todos os servidores do estado e do município, no momento da admissão. Da vítima que recebeu as “facadas” ficamos sabendo simplesmente que, além de lhe ter sido realizado o exame de corpo de delito, era um “Justino de tal”. Além de informar sobre um ato costumeiro - a violência entre homens -, tais artigos remetem a um momento em que a sociedade passava a esperar um comportamento exemplar dos homens no espaço público, principalmente daqueles que quisessem ser reconhecidos como honestos e ordeiros. Ao denunciar os crimes de ofensa física, a imprensa fazia uma condenação pública dos envolvidos, notadamente daqueles que tinham um nome a zelar. Foi o que ocorreu em 1903 com Emílio Cardoso, que por ter se envolvido numa séria disputa com “Antonio de tal”, resultando-se este sair gravemente ferido, teve sua prisão anunciada pelo jornal *O Dia*.⁹

A divulgação do nome como forma de punição fica ainda mais evidente pelo fato de que não eram todas as brigas com ferimentos ocorridas entre homens que eram divulgadas pela imprensa. Quando comparamos as notícias de jornais com os registros de detenções feitas pelo Prefeito de Polícia percebemos que nem todas as prisões foram divulgadas pelos jornais. Ou seja, nos arquivos daquela autoridade policial é sensivelmente maior o número de apontamentos de prisões pelo motivo de brigas, com ou sem lesão corporal, do que as publicadas pela imprensa. É preciso que se diga ainda que tais contendas eram registradas sob a denominação genérica de desordens. Do exposto se depreende que os articulistas do jornal selecionavam os conflitos que seriam divulgados, tanto os ocorridos na cidade quanto as notícias transcritas de folhas de fora do Estado. Naquele contexto, eram os crimes que transgrediam as representações de masculinidade sancionadas socialmente que ganhavam maior publicidade.

Nesse sentido, causava grande estranhamento aos articulistas dos jornais da cidade um filho que agredia o pai. Em 1903, o jornal *O Dia* transcreveu várias notícias, intituladas “Barbaridade”,¹⁰ ou ainda “Bárbaro crime”,¹¹ que denunciavam “indivíduos” que haviam espancado o próprio pai.

Além das notícias de fora, em 1909 o jornal *Folha do Comércio* publicava um longo artigo que denunciava que Maurício Joaquim Galdino, pintor, com 19 anos de idade, era um perverso. “Por um requinte de malvadez inaudita, anteontem, às 6 horas da tarde, espancou barbaramente seu pai Joaquim Galdino Roberg, carregador, morador na Rua Bento Gonçalves.” O articulista do jornal, segundo escreveu, procurou o pai de Maurício para saber mais sobre o ocorrido. A vítima relatou então que o filho - conforme o jornal, “indigno desse nome” - era dado ao vício da embriaguez e que o incidente teria ocorrido porque o jovem pintor teria tentado agredir sua madrasta, de quem o pai saíra em defesa. Após ter deixado o pai prostrado, conforme o articulista, pela humilhação e pela dor - pois Maurício sempre fora tratado com carinho e amor, o agressor fugiu sem ser alcançado pela polícia.¹² Ao autor do artigo não interessou conhecer a versão de Maurício para o ocorrido.

Estas notícias acabavam por reforçar a ideia de que o filho deveria se submeter à autoridade paterna. Porém, se a violência do filho contra o pai causava certo escândalo, os castigos impetrados pelo “chefe da família” contra sua prole raramente eram mencionados. Em 1917, ganhou grande destaque na cidade o chamado “crime das piteiras”. Naquele incidente, marcado pela morte de um jovem agricultor, veio a público a forma violenta com que um pai fez prevalecer sua autoridade, diante da insistência de sua filha em manter um relacionamento amoroso do qual ele discordava. A jovem Timothea, conforme noticiou o jornal *O Estado*, foi espancada até desmaiar, antes de ser obrigada a voltar para a casa do pai.¹³ Certamente, aquela não era a única moça a sofrer maus tratos do próprio genitor. A imprensa somente noticiou a violência física sofrida por Timothea pelo fato de esta agressão ter sido acompanhada do assassinato de seu namorado. O homicida foi condenado a 30 anos de prisão. O silêncio da imprensa com relação à violência paterna indica, certamente, uma complacência por parte daquela sociedade em relação aos “corretivos” aplicados por aquele que era considerado o chefe da família. E esta complacência encontrava amparo na representação de paternidade divulgada no período em estudo. Ao pai cabia o papel de provedor e de aplicar a “justiça” dentro de casa, quando chegava do trabalho. A mãe deveria ficar encarregada da criação e de nutrir a criança com seu “amor materno”. Tais representações ficam evidentes, por exemplo, num artigo publicado em 1904, no jornal *A Vida*:

A Família. O lar é o mais restrito âmbito onde se reúne a família, a menor das coletividades sociais, sob a égide paterna. O primeiro grau da sociedade humana é a família, ninho tépido de amor e poesia. O homem, impelido por uma coesão moral, busca seu congênere para não viver isolado. A família é o mais simples dos grupos que formam a sociedade; é uma instituição natural, porque até entre os irracionais, deparasse-nos o vínculo de íntima relação que os torna fortes e amigos [...] O chefe da família é o pai, a quem todos obedecem submissos, porque a ele compete a responsabilidade da nossa vida e da nossa conduta. Casando-se, jura à

sua companheira, auxílio e proteção, bem como a seus filhos [...] A maior parte das vezes os labores cotidianos obrigam-nos a passar fora de casa, ficando então a esposa encarregada dos cuidados da casa, da educação de seus filhos. A mãe cabe-lhe também uma tarefa sagrada: ela é a primeira em formar o coração da criança, em torcer e dirigir as suas tendências naturais, em desvia-lo do meio pernicioso, em inspirar-lhe o amor do lar, respeito do bem e o horror ao mal [...] A mãe é toda ternura e toda dedicação; e não seria perfeita se não sacrificasse o repouso e a saúde pelos filhos: ela é a paz e a doçura do lar. O pai tem alguma coisa de mais - a autoridade que exerce em nome da lei. Todos os membros da família lhe devem respeito e obediência; sem resvalar em despotismo, sem prejuízo da autoridade materna. É, pois, a mãe quem representa o anjo do amor e candura da família; esta é o céu aberto a todas as felicidades humanas. Mercedes Guimarães Bahia”.¹⁴

Estas representações, presentes no artigo do órgão cristão *A Vida*,¹⁵ foram recorrentes ao longo do século XX. No artigo acima citado verifica-se a ausência de qualquer referência de afeto por parte do pai, tanto em relação à esposa quanto aos filhos. Conforme a representação que então se divulgava, em nome da autoridade o pai abdicava de uma relação sentimental para com os filhos, ficando a esposa encarregada de distribuir amor, ternura e dedicação. Tais representações de paternidade eram descritas como naturais, e atentar contra a figura paterna era afrontar a natureza humana e o direito dos homens. Pois não era somente o jornal cristão que lembrava aos leitores a importância do pátrio poder. Um juiz da cidade de Porto Alegre decidiu, conforme notícia publicada no jornal *O Dia*, em 1910, que o poder do pai somente poderia ser retirado por sentença “passado em julgado” e que a mãe teria seus direitos sobre os filhos somente até a idade de três anos.¹⁶ A recorrência destas representações nas páginas da imprensa não significa que não existissem pais afetuosos e esposos carinhosos, o que elas nos informam é que o afeto não era descrito como coisa de homens.

Ao longo da primeira década do século XX foi ocorrendo uma série de melhoramentos no espaço urbano de Florianópolis, notadamente na região central, compreendida pela Praça XV de Novembro. Paralelamente a estas modificações, percebe-se que naquele contexto as notícias referentes a crimes violentos e brigas, tendo homens como protagonistas, passaram a figurar com mais regularidade nas páginas da imprensa, principalmente entre 1908 e 1911. Entre os motivos que podem ter contribuído para tal incremento está o aparecimento de um diário oposicionista, a *Gazeta Catarinense*, em 1908, que passou a criticar e exigir maior intervenção da polícia e da administração pública para coibir certos comportamentos vistos como inadequados ao espaço urbano. Espaço este que passava por uma série de transformações. Entre as melhorias que ocorreram na cidade estava a construção e ampliação dos jardins públicos que, aos poucos, foram se tornando importantes espaços de encontros e diversões, tanto para homens como para as moças da elite da cidade. Em julho de 1907, o jornal *O Dia* informava que prosseguiram as obras de ajardinamento da Praça Coronel Pereira e Oliveira, que passava a ser mais um centro agradável de

reuniões. A mesma nota informava ainda o sucesso que tinha sido a retreta promovida pelas bandas do Corpo de Segurança e do 37º Batalhão no domingo anterior. O belo sexo, continuava o articulista, “que é a nota predominante em todas as diversões, fez-se presente por gentilíssimas senhoritas com ricas toaletes, neste aprazível ‘rendez-vous’”.¹⁷ Estes eventos públicos mostram que, ao contrário do século XIX, quando as reuniões sociais se davam prioritariamente em ambientes restritos como o Clube Doze de Agosto, o espaço urbano das praças e dos jardins passava a possibilitar novas formas de sociabilidades.

Foi nesse período que a imprensa passou a noticiar com maior frequência prisões por desordens, gatunagem e, notadamente, por embriaguez. O que demonstra que uma nova sensibilidade ligada ao espaço urbano estava se instaurando. A manifestação de novas formas de lazer na cidade ocorreu paralelamente à emergência/recrudescimento de certa intolerância para com as pessoas que escapavam às representações de civilidade e urbanidade então divulgadas, tais como os loucos,¹⁸ os mendigos, os desordeiros e toda uma série de trabalhadores maltrapilhos cujas roupas destoavam das novas toaletes da elite da cidade. A circulação pela cidade exigia um comportamento adequado em que todas as atitudes masculinas fossem previsíveis. Os homens cujos modos de proceder fossem pautados pelo descontrole das emoções, aqueles que se entregavam aos vícios - como o jogo e o hábito de consumir bebidas alcoólicas que lhes privava da razão e os fazia perder o “domínio de si” -, passam a ser vistos como elementos perigosos ao convívio no espaço urbano.

Em 1908, o jornal *O Dia* passava a denunciar com maior regularidade, entre outras coisas, as brigas de jovens colegiais,¹⁹ o “charivari” que certos mocinhos mantinham na plateia do teatro Álvaro de Carvalho,²⁰ e o mau comportamento de alguns filhos de distintas famílias no recinto da matriz.²¹ O mesmo jornal criticava ainda as atitudes inconvenientes de alguns rapazes “filhos de pessoas respeitáveis”, que faltaram com o respeito devido para com seus pais e a sociedade. Sem dizer qual tinha sido a atitude inconveniente e o local em que ela ocorrera, o articulista ameaçava que caso eles não mudassem seus comportamentos teriam seus nomes publicados pela imprensa. Este tipo de ameaça, ao que tudo indica, não foi suficiente para mudar o comportamento dos rapazes. Em 1927, o jornal *O Estado* noticiava:

Desordem. Houve, ontem no Estreito, mosquito por cordas em virtude dos vapores do álcool terem subido à cabeça de vários rapazes da nossa cidade, os quais, para ali se dirigiram à noite, em alegre serenata. Levantaram-se punhos, puxaram-se revólveres, tendo, entretanto, tudo acabado em paz, sossego e harmonia, devido à intervenção de várias pessoas daquela localidade.²²

Apesar de os rapazes terem cometido vários atos que eram severamente recriminados em outros homens da cidade, como o consumo exagerado de bebidas alcoólicas, a serenata a altas horas

História (São Paulo) v.32, n.1, p. 354-376, jan/jun 2013 ISSN 1980-4369

da noite e terem se atracado, seus nomes novamente não foram publicados nem sequer a ação da polícia foi invocada. Esta complacência com o que se pode denominar excessos da juventude oriunda das “boas famílias da cidade” não era, ao que tudo indica, uma deferência exclusiva da imprensa local. Também a sociedade, por obra dos jurados que absolveram os envolvidos na morte do jornalista Crispim Mira, levou em consideração, entre outras questões, a juventude e boa origem dos rapazes envolvidos naquele crime²³. Aliás, numa matéria intitulada “Caravana da covardia”, publicada pelo jornal *Folha Nova* e ilustrada com a foto dos acusados, estes apareciam de terno, gravata, cabelos bem cortados e penteados. Esta imagem que um leitor menos atento poderia confundir com a coluna social divergia bastante das representações que passaram a circular na imprensa e que apresentavam os criminosos, em geral, como feios, pobres e mal vestidos.

Ficar conhecido como desordeiro, valentão e indivíduo não respeitador dos preceitos sociais traria maiores dificuldades para o rapaz que almejasse casar com uma moça de boa família, o que possibilitava alargar seu capital de relações sociais e conseguir um bom emprego, condição fundamental para desempenhar o papel de provedor após o casamento. Além do mau comportamento de alguns jovens de família em sociedade, segundo os articulistas da imprensa, uma série de desenhos feitos a lápis e carvão por “crianças e marmanjos, desocupados e malévolos” contribuía para afetar o asseio e a beleza da cidade. As inscrições, conforme denunciava uma missiva publicada no jornal *O Dia*, eram feitas nas calçadas, muros e paredes, principalmente dos prédios recém-pintados, dos quais não escapou nem mesmo a igreja. Tais desenhos, obscenos e exóticos, eram próprios de lupanares e não do espaço público. Houve um tempo, lembrava o austero articulista, em que até nos bancos do principal jardim da cidade se escreviam semelhantes obscenidades com o auxílio de canivetes.²⁴ Mas as canivetadas nem sempre marcavam somente os bancos públicos. Conforme ficou registrado numa nota da *Gazeta Catarinense*, de 1908:

Ontem à tarde na Figueira, o preto Sebastião Lourenço Espíndola travou discussão com o pardo João Firmino Carvalho. João disse algumas palavras amargas a Sebastião e este não querendo suporta-las “arrochou-se” em cima de João, e “guelou-o”. O irmão de João, Antonio que estava de parte, vendo o “mano guelado”, por sua vez “arrochou-se” em cima de Sebastião e “correu dentro” com a navalha. Francisco [?] “abriu fora” e desviou a navalha com a mão, porém foi ferido, recebendo um talho entre os dedos e o pulso. Sebastião foi medicado na farmácia Popular, pelo sr. major José Cristóvão de Oliveira e João foi para o xadrez.²⁵

Diferentemente do tratamento dispensado aos filhos das chamadas famílias de bem, repreendidos pelo jornal *O Dia*, os homens pobres da cidade, identificados na nota acima pela cor da pele, tinham seus nomes e sobrenomes divulgados pela imprensa de Florianópolis. Além da cor dos envolvidos, a destreza no manuseio das navalhas e os termos que aparecem entre aspas,

lembrando o gingado do jogo de capoeira pretensamente utilizado pelos brigões, emprestam um ar de malandragem e periculosidade aos envolvidos. Ou seja, era a linguagem utilizada por homens mandriões e pobres.

Ao que tudo indica, a *Gazeta* inovou e influenciou os demais jornais com seus artigos que, além de denunciar, comentavam o comportamento dos homens pobres na cidade. O jornal *O Dia*, que até o aparecimento da *Gazeta* estava mais preocupado com a conduta pública dos “homens de bem”, passou também a denunciar a violência de outros que circulavam pela cidade, sempre lembrando o trabalho eficiente da polícia em conter tais abusos. Muitos dos acontecimentos narrados na imprensa, que envolviam atos de violência física, certamente não eram estranhos e faziam parte do cotidiano das pessoas. Foi uma parcela da população da cidade que, por intermédio da imprensa, passou a estranhar tais práticas que passaram a ser descritas como intoleráveis e a exigir que a polícia tomasse enérgicas providências no sentido de coibir tais atos. Em 1909, o jornal *O Dia*, numa coluna intitulada “Questículas”, passou a dar publicidade a conflitos que resultaram em agressões físicas, como o ocorrido entre os “indivíduos José Albino de Souza e Lino Antonio de Bittencourt, que, após travarem-se de razões, esbofetearam-se. A patrulha os conduziu ao posto policial”.²⁶ O jornal não comentou as razões de os dois se esbofetearem. O epíteto “indivíduos” já denunciava que não se tratava de rapazes de bem.

No dia seguinte, “ao meio dia, no Café Natal, Miguel Nahas e Onofre Vieira começaram a jogar areia um no outro, e da areia passou-se aos socos, saindo Onofre ligeiramente ferido na região superciliar direita. O sr. dr. Olegário de Vasconcelos, que estava presente, efetuou a prisão de Miguel e intimou Onofre a comparecer à Prefeitura”.²⁷ A denúncia de tais brigas, além de ser uma forma de punição aos envolvidos, tinha também uma função pedagógica, informando aos leitores como um homem não deveria comportar-se no espaço público. Analisando-se tais notícias, temos a noção de qual era o comportamento masculino que se desejava: o homem deveria conter seus impulsos e agir racionalmente.

Em 1909, numa nota longa, o jornal *O Dia* discorria sobre um desentendimento sucedido entre ambulantes. Segundo o articulista, os verdureiros ambulantes José Paulo da Silva e Edmundo Raitz travaram-se de razões no Beco do Menino Deus, saindo José Paulo com alguns ferimentos na cabeça e em um dedo. O móvel da briga tinha sido, segundo o texto jornalístico, a concorrência que José Paulo fazia a seu “companheiro, pois aquele vendia laranjas e outros frutos por preços que Edmundo não podia acompanhar sem que tivesse prejuízo”. José Paulo sempre acompanhava Edmundo, oferecia seus produtos mais baratos e conquistava a freguesia do concorrente. Edmundo, vendo-se assim perseguido, pegou uma “acha de lenha que trazia em seu carrinho e deu diversas cacetadas em José Paulo”, provocando-lhe os ferimentos acima descritos. Percebe-se que,

aparentemente, o jornal simplesmente narrou os fatos sem fazer nenhum julgamento moral. Porém, ao concluir a matéria informando que o “Dr. Prefeito de polícia” prendeu os dois envolvidos, mandou proceder ao exame de corpo delito na vítima e abriu inquérito policial²⁸ era uma demonstração cabal de que tais atos não seriam mais tolerados. Na notícia percebe-se certa ironia e ridicularização do comportamento dos ambulantes. Possivelmente, o articulista via tanto na atividade desempenhada pelos vendedores de fruta quanto na forma de resolução do conflito uma reminiscência de um passado que se queria apagar das ruas da cidade. Em outros artigos, o tom irônico dava lugar a uma imagem de periculosidade dos desordeiros, que tinham no corpo degenerado os sinais da sua maldade. Isto se percebe numa nota em que se anunciava: “anteontem, às 8 horas da noite, na Rua Esteves Júnior, José João Gaia, conhecido por Cara Chata, de 13 anos pouco mais ou menos, travou-se de razões com Manoel Francisco Dutra, e sacando de um canivete cortou a este no rosto, no ventre e nas mãos”. Cara Chata, conclui a nota, foi preso pelo subdelegado do 2º Distrito que abriu inquérito contra o mesmo.²⁹ O apelido Cara Chata, possivelmente uma referência à forma do rosto do jovem agressor, remetia os leitores a uma série de representações que referiam a aparência física ao caráter e ao comportamento masculino.

Sandra Pesavento, discorrendo sobre as representações construídas a propósito das condutas indesejáveis na cidade, nos fala que os jornais que circularam em Porto Alegre, no final do século XIX, explicavam a presença e a ação de homens considerados turbulentos com base em uma série de preceitos científicos da época. Segundo a autora, os jornais por ela coligidos revelam uma oscilação entre as posturas lombrosianas e as inspiradas em Lacassagne: ora o contraventor assim agia porque era predisposto para tal desde o nascimento, ora porque o meio que frequentava o induzia a agir daquela forma (PESAVENTO, 2001, p. 1487). Estas ideias também são possíveis de observar na imprensa de Florianópolis, a partir da primeira década do século XX, mesmo sem uma referência direta às teorias científicas do fim do século XIX. Podemos perceber no artigo citado anteriormente certa postura lombrosiana, pois, ao publicar a alcunha do jovem infrator, o articulista relacionava os maus instintos do mesmo a seu aspecto físico. Além das teorias científicas, Claudia Mauch lembra que no imaginário ocidental a beleza é frequentemente associada à bondade, e a feiura ou deformação à maldade. Conforme esta autora, é muito antiga a ideia de que seria possível descobrir a interioridade de uma pessoa a partir de sinais que se exteriorizariam no corpo e, principalmente, na fisionomia. Segundo Mauch, o próprio Lombroso “teria recorrido a provérbios populares a fim de demonstrar a ‘objetividade’ de suas conclusões” (MAUCH, 2004, p. 117-120).

Se o comportamento dos vendedores de frutas, do Cara Chata e de outros valentões denunciados pela imprensa afetava a imagem de cidade civilizada idealizada pela elite local, ao que tudo indica, a introdução de novos signos de modernidade não era uma garantia de que a prática de

resolver conflitos pelo uso da violência fosse esquecida juntamente com a antiga cidade colonial. Com as novidades tecnológicas que foram aportando na cidade, outros tipos de altercações surgiram entre homens e também passaram a ganhar publicidade. A chegada dos automóveis à cidade, por exemplo, proporcionou um novo tipo de ocupação para alguns homens, a de “chauffeur”. Um artigo publicado no jornal *O Estado*, em 1917, dizia que não raro ocorriam entre os motoristas “questões” pela disputa do ponto onde os autos estacionavam. Na busca pelo melhor lugar, alguns motoristas chegavam às “vias de fato”. Foi o que ocorreu com os condutores dos autos n. 8 e n. 18. O primeiro tinha deixado seu carro no ponto e foi engraxar as botinas. Ao retornar “com as botinas lustrosas” encontrou o carro 18 na frente do seu. Depois de protestar, falar, discutir, deu uma bofetada no usurpador e atracou-se com ele. Com a chegada da polícia, foram os dois para a chefatura. Prestados os esclarecimentos, o motorista do n. 8 foi mandado para o xadrez e o outro, liberado. Ao concluir a nota, o articulista lembrava: “E assim acabam sempre os seus dias os valentões, como se tem na conta de o ser o chauffeur do automóvel n. 8”.³⁰

Nos anos 20, ocorreu uma série de melhorias na malha viária da cidade. Após a construção da ponte metálica sobre o canal do Estreito, entre 1924 e 1926, foi necessário alargar algumas ruas, como a Felipe Schmidt, para melhorar o fluxo do trânsito entre o centro da cidade e o continente. Na Praça Fernando Machado, contígua à Praça 15 de Novembro, ficavam perfilados os autos de aluguel. Daquele ponto centralizado podia-se seguir para todas as direções da cidade.³¹ Com o aumento na frota de automóveis, tornaram-se mais frequentes as notícias de brigas entre chauffeurs, inclusive seguidas de morte,³² arruaças e atropelamentos³³ envolvendo motoristas que conduziam em excesso de velocidade.³⁴ Como exemplo, em 1919, o jornal *O Estado* transcrevia a denúncia que o promotor público oferecia contra o chauffeur do auto n. 18, que passou em vertiginosa correria pela Rua Esteves Júnior, perdeu o controle da direção e subiu na calçada atingindo um poste e depois um menino que por ali passava acompanhado da família. A vítima teve duas fraturas numa das pernas. O promotor incluía o motorista no artigo 306 do Código Penal, ou seja, provocar morte devido a imperícia na profissão.³⁵ Para evitar os constantes acidentes em alguns pontos movimentados da capital, como a esquina da Rua Conselheiro Mafra com a Padre Roma, um articulista do jornal *O Estado*, em 1928, cobrava a criação de uma polícia civil para controlar o trânsito, já que os praças da Força Pública, que eventualmente faziam este serviço, não tinham o preparo necessário para tal atividade.³⁶

Não encontramos registro, na imprensa, de brigas ou acidentes automobilísticos envolvendo mulheres. Até o final da década de 20 eram poucas as referências que ligavam as mulheres às novas máquinas. Em 1919, foi considerado um passo à frente na civilização catarinense a nomeação da senhorita Alayde Livramento como professora de datilografia do Instituto Politécnico do Estado.³⁷

No mesmo ano era informada a nomeação da senhorita Branca Blum como datilógrafa do gabinete do Palácio.³⁸ As propagandas de automóveis, além de garantir que estes eram fortes, resistentes e econômicos,³⁹ vinculavam um conjunto de representações de gênero e de família. Nos anúncios, sobressaía o modelo ideal de família nuclear e branca, composta pelo pai, a mãe, um filho e uma filha,⁴⁰ ou seja, a família ideal para um carro de quatro lugares. O chefe da família e o filho homem aparecem, tanto nos comerciais da Ford quanto da Chevrolet,⁴¹ sempre ocupando os bancos dianteiros, e a mãe com a filha, o assento traseiro. No final dos anos 1920, as mulheres deixaram de ser representadas como meras passageiras e passaram a ocupar o banco do motorista. Em um anúncio de capa do jornal *O Estado*, de 1928, cobrindo a página inteira era estampada a imagem de um automóvel Ford, conversível, de dois lugares, que parecia estar em boa velocidade e ser dirigido por uma jovem. Ao lado dela, uma amiga conversava animadamente. A palavra “Confiança” completava o anúncio.⁴² No ano seguinte, em um anúncio do Ford 1929, cujo destaque era dado ao sistema de amortecimento, uma jovem sozinha dirigia um automóvel de quatro lugares.⁴³ Certamente as concessionárias Ford, além de divulgar o modelo de família nuclear, passaram a visualizar nas mulheres de origem mais abastada suas novas consumidoras e lhes prometiam maior liberdade. Aos homens, apesar dos acidentes de trânsito, montadoras e fábricas de autopeças, lembravam:

Tempo é dinheiro. Andar sobre as estradas, mas com toda a velocidade e chegar ao seu fim, quer dizer, explorar o seu carro economicamente, poupando tempo e dinheiro. Para isso só é preciso uma coisa, o pneu Continental.⁴⁴

4. Entre Apolo e Dionísio: masculinidades na Florianópolis urbana do início do século

Buscou-se neste texto demonstrar, para além das ideias essencialistas, que a masculinidade é uma construção cultural e histórica. Parafraseando o célebre enunciado de Simone de Beauvoir, pode-se dizer que o homem não nasce homem, ele se torna homem. A partir de uma série de práticas e representações veiculadas na imprensa de Florianópolis, pôde-se evidenciar a divulgação de um modelo de masculinidade hegemônico, durante a Primeira República. Naquele momento de transformações sociais e políticas, a elite republicana apresentava-se para a população, em oposição ao regime deposto, como a única capaz de colocar a capital catarinense no caminho do progresso e da modernidade. Na avaliação dos gestores da cidade, a emergência do progresso era atravancada por uma série de práticas culturais arraigadas na população. Por isso, não bastava simplesmente transformar o espaço urbano, era preciso também investir nos corpos dos habitantes da capital de Santa Catarina. Notadamente, nos homens da cidade. Os comportamentos masculinos passaram

então a ser alvo de toda uma série de ingerências que visavam a adequá-los à nova realidade social e urbana que se buscava construir.

Ser homem, durante o período estudado, envolvia a condução da vida privada de maneira a prezar a higiene, o controle dos impulsos sexuais e da violência física, cuidar da saúde e da aparência do corpo, entre outras exigências. A construção desse modelo implicou tentativas de intervenção e construção de uma masculinidade formada na esfera privada, na intimidade dos homens, mas que visava ao espaço público. Sobressaiu-se na imprensa de Florianópolis uma representação de corpo masculino branco, jovem, forte e saudável. A constituição de um corpo sadio e robusto dependia tanto de uma boa nutrição quanto da distribuição dos nutrientes pelo organismo. O corpo sadio aparecia como resultado da capacidade de fazer circular os nutrientes, que resulta na alimentação de todos os órgãos e eliminação dos resíduos não aproveitáveis. A doença e as marcas que elas deixavam pelo corpo seriam um sinal externo de que este não estava desempenhando bem suas funções. Para vencer a indolência do organismo, o mercado farmacêutico oferecia, pelos anúncios publicitários, uma série de medicamentos. Além de medicar, também os exercícios físicos eram preconizados como auxiliares do desenvolvimento de um corpo forte e sadio. Os exercícios atuavam como um agente de higiene que favoreceriam a virilização e o aperfeiçoamento da raça. Tais medidas, segundo as representações da época, eram indispensáveis para que o homem desempenhasse, a partir do trabalho, seu papel de provedor da família e contribuísse para o desenvolvimento econômico da sua cidade e de seu país.

A antítese do homem saudável era a velhice. O homem doente passou a ser descrito como velho, indolente e inútil, pois não tinha condições de trabalhar e corresponder ao modelo de masculinidade valorizado socialmente. A falta de virilidade era considerada uma doença que precisava ser combatida. Os homens que quisessem ascender economicamente e ser reconhecidos como honrados tinham que cuidar do corpo. A impotência sexual tornava um homem inferior aos outros. Tão importante quanto demonstrar potência sexual era torná-la regrada. Prescrevia-se o casamento como forma para o homem produzir filhos saudáveis, garantindo-se futuros cidadãos para a pátria. A moderação deveria nortear os comportamentos masculinos em todas as situações. O homem moderado seria capaz de fazer uso do livre arbítrio, controlando seus sentimentos, desejos e ações de qualquer natureza. Pelo uso da razão, o homem teria condições de agir contra os impulsos “naturais”, tanto na esfera da vida privada quanto na esfera pública. O controle das emoções passava a ser mais uma marca de distinção social.

As representações que valorizavam o homem branco, jovem, saudável e forte, e que compunham o que se definiu como modelo hegemônico, além de buscar instruir os comportamentos masculinos em geral, serviram como parâmetro para julgar e desqualificar os homens que delas se

distanciavam. A elite masculina da cidade buscava se aproximar do modelo hegemônico para ser reconhecida como portadora de um capital simbólico que a tornava apta a gerir e comandar os destinos da cidade, com base em seus interesses. Mas, para a maioria da população masculina, preocupada em garantir as condições mínimas de sobrevivência, eram outras as referências de masculinidade, certamente permeadas por elementos presentes no modelo hegemônico.

Conforme BADINTER (1993), se a masculinidade se ensina e se constrói, não há dúvida de que ela pode mudar. O que se construiu pode ser demolido para ser novamente construído. Portanto, tão importante quanto demonstrar que a masculinidade é uma construção cultural é conhecer e denunciar as estratégias e os mecanismos, conscientes ou inconscientes, de imposição das desigualdades de gênero, que sempre levam em conta a idade, a cor e a classe social, para assim divulgar novas referências em que sobressaíam demonstrações de afeto, o cuidado e a atenção para com o próximo, a solidariedade, entre tantos outros valores positivos que podem ajudar no surgimento de uma sociedade melhor.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BRESCIANI, Maria Stella. **História e historiografia das cidades: um percurso**. In: FREITAS, Marcos César (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 237 a 258.

CONNELL, R. W. La Organización Social de la Masculinidad. In.: VALDÉS, T.; OLA-VARRÍA, J. **Masculinidades, Poder y Crisis**. Santiago de Chile: Flacso, 1997. P. 31-48.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n.9, outubro de 1998.

MACHADO, Vanderlei. **Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MAUCH, Cláudia. **Ordem Pública e Moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Porto Alegre: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.

OLIVEIRA, P. P. de. Discursos sobre a Masculinidade. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 91-112, 1998.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas** - uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

PEREIRA, Francisco José. **As duas mortes de Crispim Mira**. Florianópolis: Lunardelli; FCC, 1992.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina - A Ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

Notas

¹ O presente artigo apresenta parte da tese de doutorado de Vanderlei Machado, intitulada Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, em 2007, sob orientação da Profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento.

² A esse respeito, ver: ARAÚJO, Hermes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, PUC, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; KUPKA, Roselande Neckel. Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis: 1910-1930. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; COSTA, Sandro da Silveira. Ponte Hercílio Luz: mutações urbanas em uma cidade insular (1890/1960). Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina; MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. A influência do urbanismo sanitário nas transformações do espaço urbano de Florianópolis. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Entre os estudos locais, cita-se: PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas* - uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994. Para uma história das mulheres paulistas na Primeira República, ver: SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em Jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Editorial Boitempo/Editora Senac, 1999. As mulheres na sociedade do Rio de Janeiro do início do século XX foram objeto de estudo de: SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana - 1890 - 1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

⁴ A esse respeito, ver: ARAÚJO, Hermes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, PUC, 1989. 216 p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

⁵ Neste trabalho optou-se por utilizar a definição de sociabilidade empregada por Sandra Gayol, que tem por base as definições elaboradas pelo historiador francês Maurice Agulhon, em seu estudo sobre os cafés da cidade de Buenos Aires, na segunda metade do século XIX e início do XX. Segundo Gayol “invocamos el término sociabilidad para referirnos a los contactos, relaciones, encuentros, intercambios cara a cara y directos gestados entre dos o más personas. Pensamos en las interacciones sociales que implicaban ‘deberes’, ‘derechos’, ‘expectativas’ y supuestos apoyados en valores y en un sistema de creencias.” Cf. GAYOL, Sandra. *Sociabilidad en Buenos Aires: hombres, honor y cafés 1862-1910*. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2000. p. 14 a 15.

⁶ *Gazeta Catarinense*, n. 197, 05/09/1908

⁷ *O Dia*, n. 1224, de 21/02/1905.

⁸ *O Dia*, n. 1354, de 03/08/1905.

⁹ *O Dia*, n. 883, de 29/12/1903.

¹⁰ *O Dia*, n. 719, de 03/06/1903.

¹¹ *O Dia*, n. 2011, de 09/07/1907.

¹² *Folha do Comércio*, n. 03, de 04/10/1909.

¹³ *O Estado*, n. 603, de 12/05/1917.

¹⁴ *A Vida*, n. 23, de 03/10/1904.

¹⁵ O jornal *A Vida* era quinzenal e circulou em Florianópolis no período compreendido entre 1903 e 1905. Ver. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. *Catálogo de Jornais Catarinenses 1850 - 1989*. Florianópolis: FCC, 1990. p. 129.

¹⁶ *O Dia*, n. 4438, de 16/01/1910.

¹⁷ *O Dia*, n. 1903, de 02/07/1908.

¹⁸ A loucura, como se depreende dos artigos dos jornais, era vista também como um caso de polícia. Esta questão fica evidente, por exemplo, numa nota publicada no *O Dia*, que informava que um homem internado no Hospital de Caridade foi transferido deste, a pedido dos médicos, para a enfermaria da delegacia da cidade. Cf. *O Dia*, n. 4363, de 09/10/1909.

¹⁹ *O Dia*, n. 3006, de 10/03/1908.

²⁰ *O Dia*, n. 4087, de 20/10/1908.

²¹ *O Dia*, n. 4059, de 15/09/1908.

²² *O Estado*, n. 3809, de 12/02/1927.

²³ O jornalista Crispim Mira era diretor do jornal *Folha*, criado por ele em 1926. Após Mira denunciar o desvio de verbas na obra do porto da cidade, um grupo de rapazes da alta sociedade, entre eles o filho do engenheiro acusado pela drenagem do dinheiro público, invadiu as oficinas do jornal; munido de um chicote, ele partiu para cima do jornalista. Segundo relatos que constam do processo, de dentro da redação ouviu-se um tiro que atingiu Crispim Mira. O Chefe de Polícia, Othon D'Eça, em seu inquérito não soube precisar quem fora o autor do disparo. Crispim Mira, segundo laudo médico, apresentava um ferimento na boca, resultado de um projétil de arma de fogo. Alguns dias mais tarde, a vítima foi a óbito, no Hospital de Caridade. O jornalista e advogado Francisco José Pereira escreveu um romance sobre a vida e a morte do jornalista Crispim Mira, tendo como fonte os artigos de jornais, desde os tempos em que Mira era articulista da *Gazeta Catarinense*. O autor em seu romance reproduz documentos, como depoimentos de testemunhas, da acusação e da defesa, que fizeram parte do processo-crime instaurado contra os acusados do assassinato de Crispim Mira. (conforme PEREIRA, 1992)

²⁴ *O Dia*, n. 4096, de 30/10/1908.

²⁵ *Gazeta Catarinense*, n. 111, de 26/05/1908.

²⁶ *O Dia*, n. 4399, de 26/11/1909.

²⁷ *O Dia*, n. 4399, de 26/11/1909.

²⁸ *O Dia*, n. 4333, de 03/09/1909.

²⁹ *O Dia*, n. 4791, de 02/04/1911.

³⁰ *O Estado*, n. 530, de 13/02/1917.

³¹ As transformações que foram ocorrendo na paisagem urbana de Florianópolis, tanto em relação à questão arquitetônica quanto no panorama viário, entre os séculos XVII e início do XX, foram estudadas por: VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC/Fundação Franklin Cascaes, 1993.

³² *O Estado*, n. 2856, de 05/01/1924.

³³ *O Estado*, n. 2993, de 16/06/1924.

³⁴ *O Estado*, n. 3862, de 18/04/1927.

³⁵ *O Estado*, n. 1149, de 07/03/1919.

³⁶ *O Estado*, n. 4089, de 10/01/1928.

³⁷ *República*, n. 147, de 27/03/1919.

³⁸ *República*, n. 97, de 25/01/1919.

³⁹ *O Estado*, n. 1134, de 18/02/1919.

⁴⁰ *O Estado*, n. 3159, de 27/12/1924.

⁴¹ *O Estado*, n. 3339, de 20/07/1925.

⁴² *O Estado*, n. 4331, de 22/10/1928.

⁴³ *Folha Nova*, n. 779, de 28/5/1929.

⁴⁴ *O Estado*, n. 4335, de 20/11/1925.

Recebido em maio/2012

Aprovado em janeiro/2013